

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cidade de Santos

Class.: 325

Data: 2 de setembro de 1987

Pg.: _____

Tropas militares vigiam áreas de atuação do Cimi

BRASÍLIA (Sucursal) — Um avião Bandeirante da Força Aérea Brasileira (FAB) seguiu, na tarde de anteontem, carregado de soldados de tropas de elite do Exército, até possíveis "pontos" em que estão atuando grupos religiosos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A operação militar foi traçada na semana passada, após reunião sigilosa que o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, manteve com o presidente José Sarney. O tema da conversa foi o projeto "Calha Norte", considerado como um assunto de segurança nacional pelas Forças Armadas. O projeto tem unidades militares para patrulhamento da fronteira amazônica. O Cimi vem atuando justamente nessas áreas, efetuando trabalhos religiosos juntos a grupos indígenas.

O Ministério do Exército não quis informar ontem que pontos estratégicos do projeto "Calha Norte" serão visitados. As Forças Armadas colo-

caram agentes de serviços de informações para agirem na região. Na semana passada, por exemplo, seguiram para a Amazônia equipes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Além disso, já se encontram na região equipes da Polícia Federal, desde a segunda quinzena de agosto.

PROJETO IMPORTANTE

Durante a conversa reservada que Leonidas Pires manteve com o presidente Sarney, ele defendeu que o projeto "Calha Norte" é de suma importância para o País. Segundo ele, a região — além de servir para o tráfico de entorpecentes — é bastante rica (jazidas de ouro, ferro etc). Acrescentou que o objetivo dos grupos religiosos é explorar o potencial econômico daquela área. O assunto também deverá ser tema da próxima reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), com data ainda a ser marcada.

O problema dos documentos

O chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), coronel Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro, 54, negou ontem que os documentos denunciando uma suposta participação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa "conspiração contra o Brasil", tenham sido considerados "imprestáveis" pelo CSN.

O coronel Mendes Ribeiro confirmou que o senador Roman Tito (PMDB-MG) — que teria relatado ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, a opinião atribuída ao CSN — foi recebido na Secretaria Geral do CSN. Ressaltou, no entanto que "em nenhum momento qualquer assessor do Conselho teve comentário quanto à veracidade ou não dos documentos referidos nas reportagens do jornal 'O Estado de S. Paulo'".

Esses documentos são uma carta do secretário do Cimi, Antonio Brand, e um certo "sr Loebens"; um resumo da reunião do Cimi nos dias 16 e 17 de junho, em Brasília; e o texto "Diretrizes Brasil nº 4 — ano 0", atribuído ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Tanto o Cimi quanto o CMI negam a veracidade desses documentos.

Segundo o coronel Mendes Ribeiro, principal assessor do general Bayma Denys (ministro-chefe do Gabinete Militar), que é quem secretaria o CSN — órgão colegiado do qual participam vinte ministros de Estado — "a Secretaria Geral do Conselho desconhece a existência do mencionado sr. Mário Nogueira, que jamais esteve nesse órgão". A Mário Nogueira atribui-se a entrega dos citados documentos ao CSN.

CONSPIRAÇÃO

A acusação de que existe "uma conspiração internacional contra o Brasil" foi veiculada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" numa série de reportagens publicadas entre os dias 9 e 15 de agosto último. Essa "conspiração" teria sido idealizada pelo CMI e executada, no Brasil, pelo Cimi, entidade vinculada à CNBB.

Sua ação consistiria na tentativa de religiosos e leigos envolvido com os índios de constituir nos atuais territórios brasilei-

ro e venezuelano um Estado Ianomami, subtraindo 14% da Amazônia do controle estrito do Estado brasileiro mediante um conceito de "soberania restrita" do Brasil sobre as áreas indígenas.

Dessa forma, se identificaria uma estratégia internacional de domínio sobre a produção mineral do País e a proteção do índio seria apenas um pretexto para encobrir as "reais intenções dos missionários". Essa possibilidade está sendo estudada tanto pelo CSN como pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

D. LUCIANO

O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, disse ontem, em São Paulo, que se reuniu, por iniciativa própria, com o general Rubens Bayma Denys, em Brasília, em 15 de agosto, para debater a série de denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Cimi. Segundo d. Luciano, Bayma Denys lhe afirmou, depois de ter ouvido a versão da Igreja sobre as denúncias de "uma conspiração internacional contra o Brasil" envolvendo o Cimi, que "só se deixará levar pelos fatos e não pelas acusações que constam dessas reportagens, embora possa haver posições diferentes entre Igreja e governo quanto aos métodos de promoção dos indígenas".

AÇÃO CONTRA JORNAL

O Cimi contratou, na semana passada, o advogado paulista Márcio Thomaz Bastos, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e seu colega Sérgio Bermudes para moverem ação contra o jornal "O Estado de S. Paulo", com base no artigo 21 da lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa), pedindo o enquadramento de seu diretor responsável, Júlio de Mesquita Neto, por difamação. O motivo é a série de reportagens publicadas pelo jornal, entre os dias 9 e 15 de agosto, em que o Cimi é acusado de participar de "uma conspiração internacional contra o Brasil", envolvendo outras entidades ecumênicas e os índios da Amazônia. Numa outra ação conexa, os advogados irão requerer direito de resposta para o Cimi no "O Estado de S. Paulo".